



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MINAS GERAIS

1 Ata da 290ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
2 e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos **vinte e quatro** dias do mês de **abril** de
3 **2014** em sua sede, sala de plenária - Av. Amazonas 558 - 3º andar - Centro - Belo
4 Horizonte, com início às 9:40h. Em obediência ao ato presidencial convocatório na
5 forma e horário regimental, a Presidente solicitou que se procedesse a chamada dos
6 conselheiros, tendo sido constatada a presença dos seguintes conselheiros: Ananias
7 Neves Ferreira (Titular - Centro de Voluntariado ao Menor CEVAM), Hudson Roberto
8 Lino (Titular - Associação Beneficente Ágape), Eliane Quaresma Caldeira de Araújo
9 (Titular - SEDESE), Solange Vieira de Faria Franca (Suplente - Secretaria de Estado
10 de Desenvolvimento Social - SEDESE), Andreia Cristina Barreto (Kinder Not Hilfe-
11 KNH Brasil), José Ismar da Costa (Titular - Sindicato das Instituições Beneficentes,
12 Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG), Rita Ferreira
13 da Silva Alves (Titular - Associação Instituto Solidário Comunitário Assistencial), Maria
14 de Fátima Mayrinck Brito (Titular - Associação do Amor), Ricardo Augusto Zadra
15 (Titular - Secretaria de Estado de Fazenda), Elizabeth Moreira dos Santos (Suplente -
16 Associação Mineira de Reabilitação - AMR), João Alves Crisóstomo (Suplente -
17 Associação Pingo de Luz), Simone Vieira (Titular - Convenção Batista Mineira), Maria
18 Margareth Pereira (Suplente - Providência Nossa Senhora da Conceição), Alessandra
19 Martins (Suplente - SEDESE), Camila Silva Nicácio (Titular - Secretaria de Estado de
20 Defesa Social), Elaine Rocha Maciel (Suplente - Secretaria de Estado de Defesa
21 Social - SEDS), Eny Lauriano da Silva (Suplente - Pastoral do Menor Regional Leste II
22 - CNBB), Claudinei Santos Lima (Suplente - Axé Criança), Paulo Henrique Freitas
23 Carvalho Costa (Suplente - Fundação CDL - Pró Criança), Carlos Roberto Beto da
24 Silva (Associação de Deficientes do Estado de Minas Gerais - ADEFOM), Livia
25 Ansaloni Fortes (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia),
26 Reginalda Fatima Pereira (Titular - União Brasileira de Educação e Ensino - UBBE -
27 aguarda nomeação e posse). Convidada: Andrea Carelli (Ministério Público), Liziane
28 Lima (Ministério Público), Marla Paiva (Ministério Público). **Ausências justificadas:**
29 Maria Madalena de Melo e Silva (Suplente - Secretaria de Estado da Educação),
30 Maria Juanita Godinho Pimenta (Titular - SEDESE), Clodoália Nobre Barbosa (Titular-
31 Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG), Rejane Alves (Suplente - Secretaria
32 de Estado da Saúde), Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (Titular - Polícia
33 Civil), Raymundo Rabelo Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco - ISJB).
34 **Injustificadas:** Carina Fonseca Mesquita (Suplente - Secretaria de Estado de
35 Planejamento e Gestão), Adriana Alves de Almeida (Titular - Secretaria de Estado de
36 Saúde), Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG), Ricardo Luiz Amorim Gontijo
37 Foureaux (Titular - Polícia Militar de Minas Gerais), Stanley Ramos Gusman (Suplente
38 - Instituto Ajudar), Maria Auxiliadora Salles Gonçalves (Suplente-Secretaria de Estado
39 da Fazenda), Dep. Fabiano Galleti Tolentino (Titular - Assembleia Legislativa de Minas
40 Gerais), Maria Geralda Vilela Cupertino (Titular - nomeada aguarda posse -
41 representação da Secretaria de Estado de Educação), Deputado Ulysses Gomes
42 (Suplente - Assembleia Legislativa de Minas Gerais). Aberto os trabalhos em
43 consonância com os ditames regimentais, a Presidente, Eliane Quaresma Caldeira de
44 Araújo cumprimentou a todos e informou que a sessão de hoje não estava sendo
45 gravada, pois, no 3º andar não há equipamento de som. Em seguida passou à
46 apreciação dos pontos de pauta, sendo proposta a supressão do item nº3 - Resolução
47 sobre Protagonismo Juvenil. Trata-se de matéria ainda em fase de construção, não

48estando conclusa para votação. A pauta foi colocada em votação e aprovada pela
49unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida passou a aprovação da ata da
50plenária ordinária nº289, realizada em 27/03/2014. O conselheiro Ricardo Augusto
51Zadra pediu a palavra para informar que mesmo não estando presente na última
52reunião, fez leitura da referida ata. Solicitou que fosse alterado nas linhas 406/408 a
53palavra convocar para convidar, citada durante o relato da comissão de orçamento e
54finanças. O conselheiro Hudson Lino se manifestou dizendo sentir falta de fala dele
55nesta ata. Segundo o conselheiro, esta fala foi proferida após manifestação da
56conselheira Rita Ferreira Alves, contudo, ele não soube informar qual. Como ele não
57lembrou o que foi dito para inclusão neste texto, e não soube informar exatamente o
58que disse na reunião anterior, pediu que os apontamentos fossem consultados, e caso
59fosse encontrado algo que constasse em ata posterior. Diante do exposto, foi
60consultado o plenário e colocada a ata supracitada em votação, que foi **aprovada** pela
61unanimidade dos conselheiros. Logo após a Presidente passou ao 2º ponto da pauta:
62**Informes das Comissões e Grupos de Trabalho**. Concedida a palavra à conselheira
63Maria Margareth Pereira (coordenadora “*ad hoc*”) da Comissão de Medidas
64Socioeducativas. A conselheira informou que: em cumprimento a deliberação
65emanada da plenária realizada em 27/03/2014 reuniram-se conjuntamente a
66Comissão de Medidas Socioeducativas e a Comissão Especial (que inspecionou o
67Centro Socioeducativo São Francisco de Assis). A Secretária Executiva, Marice Ceres
68de Sousa interveio para informar que em plenária passada, Maria Juanita Godinho
69Pimenta sugeriu que fosse elaborado quadro comparativo entre o que foi denunciado
70ao CEDCA/MG e o que foi providenciado pela SEDS. Ao realizar esta reunião conjunta
71da Comissão de Medidas Socioeducativas e Comissão Especial pode-se concretizar a
72discussão e elaboração do quadro comparativo, entre o que foi elencado na ação civil
73pública proposta pelo Ministério Público, nos relatórios técnicos produzidos pelo
74Ministério Público, no relatório elaborado pela Comissão Especial, e ainda, no Parecer
75da Comissão de Medidas Socioeducativas. Tais expedientes, somados aos ofícios
76enviados pela SEDS com as providências tomadas pela Secretaria de Defesa Social -
77Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - SEDS - SUASE formam
78o resumo descritivo dos fatos. Possibilitou trazer as informações para o primeiro plano,
79criando um instrumento de análise direcionado aos conselheiros. Na sequência foi
80projetado e lido pelo conselheiro Paulo Costa, o relatório da reunião conjunta realizada
81no dia 11/04, sendo destacado item por item, todos os pontos denunciados e a
82providência tomada pela SEDS, no formato quadro comparativo. Procedeu também a
83leitura do quadro comparativo geral, preparado pela Secretária Executiva e equipe
84técnica, que subsidiou os trabalhos durante a reunião conjunta, que viabilizou a
85construção do quadro final, ora apresentado em plenária. A conclusão dos trabalhos
86apresentados neste relatório da reunião do dia 11/04, aponta para a realização de
87uma nova inspeção no 2º semestre, pelos membros da Comissão de Medidas
88Socioeducativas, tão logo seja realizada a reforma no Centro Socioeducativo São
89Francisco de Assis, noticiada pela SEDS/SUASE. Neste instante, Ananias Neves
90Ferreira interveio argumentando que essa tomada de decisão não tinha sustentação,
91considerando-a frágil demais para a defesa e proteção daqueles adolescentes em
92cumprimento de medida privativa no referido Centro. Em seu entendimento, não ficou
93claro qual o índice de reinserção dos adolescentes após o cumprimento da medida,
94pois, não constava dos itens lidos. Falou também da falta de informação relativa a
95construção dos 5 Centros regionalizados, cuja proposta de construção se encontra em
96Brasília. Lamentou o fato das propostas de construção desses centros terem sido
97avaliados na plenária de Ipatinga (novembro/2013) sem o estudo e o detalhamento
98necessário pelos conselheiros do CEDCA/MG. O conselheiro Paulo Costa sugeriu que
99a SEDS encaminhe ao Conselho cronograma com todas as reformas e construções
100previstas. Na sequência consta desta ata o “Resumo Descritivo de Apuração de

101 Denúncia sobre Irregularidades no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis com
102 quadro final apresentado em plenária”: **1º item denunciado**- Proibição do uso de
103 cueca entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de
104 liberdade no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis. **Informações prestadas**
105 **e/ou providências tomadas**: Camila Silva Nicácio informou que este assunto é
106 questão vencida e já resolvida junto direção da unidade pela SEDS-SUASE desde
107 2012, tornando obrigatório o uso. Mesmo sendo norma comum a todas as unidades,
108 trata-se de questão tida como cultural e devido ao forte calor na região, alguns
109 adolescentes entendem como facultativo. **2º item denunciado** - Lixo nas imediações
110 da unidade socioeducativa e acesso ao Centro Socioeducativo. Mau cheiro, baratas e
111 insetos dentro da unidade. **Informações prestadas e/ou providências tomadas**:
112 Existe um lixão no entorno da unidade. A limpeza de seus arredores e o corte da
113 grama é medida que cabe ao Poder Público Municipal - Prefeitura. Toda forma de
114 articulação já foi feita no município, mas evidencia-se uma “indisposição” em relação à
115 SEDS que impede a solução do problema em definitivo. A Prefeitura realiza a limpeza,
116 mas sem periodicidade regular. **3º item denunciado**: Superlotação do Centro
117 Socioeducativo. **Informações prestadas e/ou providências tomadas**: Neste aspecto
118 Camila Nicácio reconhece o colapso do sistema. Atualmente temos uma média de
119 1.200 a 1.400 adolescentes acautelados. O aumento dos crimes mais graves, como
120 estupro e latrocínio, faz crescer a demanda por mais vagas no sistema. O critério da
121 regionalização ainda não conseguiu resolver a demanda por vagas. Estão previstas
122 mais 5 unidades: Passos, Ipatinga, Tupaciguara, Janaúba e Vespasiano. Considera-
123 se também a resistência dos moradores para a construção de novos centros. E 75
124 adolescentes aguardam vaga no sistema socioeducativo, por latrocínio e estupro. E
125 não há como descumprir uma ordem judicial de acautelamento, sob pena de
126 responsabilização penal. **4º item denunciado**: Constante falta de água na unidade.
127 **Informações prestadas e/ou providências tomadas**: Depois da construção de
128 conjunto residencial nas imediações do Centro, a escassez de água tornou-se uma
129 constante. Quando a unidade foi projetada e construída não havia casas populares no
130 entorno e o centro está localizado no final da rede de distribuição. A solução é a
131 compra de caminhões-pipa para garantir o abastecimento. Já foi feita articulação junto
132 aos responsáveis, sem o retorno desejado pela SEDS. **5º item denunciado**:
133 Infraestrutura inadequada - necessidade de reforma urgente na rede hidráulica e
134 elétrica. Chuveiro com água fria e falta de tampa nos interruptores. Rede de esgotos
135 com problemas. Péssimo estado de conservação, e marcas de fuligem. Situação dos
136 alojamentos. **Informações prestadas e/ou providências tomadas**: A SEDS/SUASE
137 informa que está prevista uma grande reforma para o segundo semestre de 2014, que
138 contemplará estes aspectos. **6º item denunciado**: Não existe lazer e o campo de
139 futebol é mato puro. Somente a quadra foi coberta, faltando a arquibancada.
140 **Informações prestadas e/ou providências tomadas**: A limpeza do campo cabe a
141 prefeitura que não realiza a tarefa com regularidade. Com relação a quadra a obra de
142 cobertura foi feita, mas a arquibancada realmente não foi coberta, tendo em vista que
143 a medição na ocasião foi incorreta e só percebida na conclusão da obra. Não há
144 previsão de recurso no momento para nova licitação. Ressalta-se que a quadra não
145 era utilizada devido ao calor, por isto, decidiu-se por priorizar sua cobertura para
146 garantir que o espaço destinado ao esporte e socialização fosse efetivamente utilizado
147 pelos adolescentes. **7º item denunciado**: Não existem oficinas profissionalizantes. Os
148 meninos passam o dia todo presos nas salas, sendo ofertado a eles apenas TV, rádio
149 e alguns jogos. **Informações prestadas e/ou providências tomadas**: Com relação
150 aos cursos profissionalizantes, 22 adolescentes fizeram curso fora da unidade em
151 2013. Já em 2014 estão previstos cursos de eletricitista. Sobre as oficinas, acontece de
152 jogos, artesanato, horta, música, violão. Todos frequentam a escola formal (4h e
153 10min). 15 adolescentes estão contemplados com as atividades externas. Arena

154esportiva, visita IFMG (Instituto Federal), jogos estudantis, planetário (shopping).
155Existe rotina de lazer na unidade socioeducativa. Quanto aos projetos de cultura e
156profissionalização, está ainda em fase de análise de viabilidade, tendo em vista
157restrições orçamentárias e o período eleitoral. Consta planilha detalhada de atividades
158neste relatório, fornecida pela SEDS. **8º item denunciado:** Os adolescentes não
159conhecem o Regimento Interno. Reclama que recebem “tranca” sem saber qual o
160motivo. **Informações prestadas e/ou providências tomadas:** A solução proposta é
161de afixar o Regimento Interno em locais de fácil acesso e discussão de seu conteúdo
162entre os adolescentes. **9º item denunciado:** Equipe insuficiente - falta terapeuta
163ocupacional, material para o dentista. Não há médico, e enfermeiro somente a noite.
164Equipe sobrecarregada pelo número de adolescentes. **Informações prestadas e/ou**
165**providências tomadas:** Informado que foram feitos vários processos de contratação
166de terapeuta ocupacional, sem que conseguíssem contratar este profissional
167específico. Não há profissional no mercado, e nenhum apresentou interesse em
168trabalhar no Centro. Quanto ao médico, a diretriz é a utilização da rede de saúde para
169um atendimento mais completo. Quanto a equipe de enfermagem a unidade conta
170com 01 enfermeiro e 05 técnicos de enfermagem, que trabalham mediante revezando
171em turno diurno e noturno. Quanto ao material de dentista, desconhece que esteja
172faltando, pois, sempre que necessário a unidade solicita à SUASE. Com relação a
173recursos humanos de uma forma geral, tem a informar que foram feitos alguns
174processos de contratação, e os aprovados em concurso público, ainda não tomaram
175posse do cargo. O que ocorrerá em breve (inclusive para agentes socioeducativos). A
176equipe técnica está em conformidade com o SINASE. A unidade possui 17 técnicos
177(defasagem de apenas 4 servidores). Com relação a segurança são 160 agentes,
178tendo sido publicado edital de contratação de mais agentes em 06/12/2013. Está em
179fase de contratação: psicólogo, assistente social, pedagogo e auxiliar administrativo
180(editais de convocação em 27/03/2014). Realizada uma capacitação para 84
181funcionários da unidade, e a realização de estudo de casos de forma periódica
182(videoconferência). Com relação a este item 9º - a conselheira Elaine Rocha Maciel
183informou que houve um erro na informação prestada ao CEDCA/MG, relatando
184naquele instante, que a unidade está em fase de contratação de psicólogo e
185assistente social, e, não pedagogo e auxiliar administrativo. **10º item denunciado:**
186Os adolescentes não são agrupados por porte físico, idade e ato infracional.
187**Informações prestadas e/ou providências tomadas:** Camila Silva Nicácio
188esclareceu que existe uma disparidade entre a legislação vigente (ECA) e a realidade
189nos Centros, pois, na época da promulgação do ECA esta questão de rivalidade em
190gangues não tão marcante. Não há separação rígida por porte físico e ato infracional
191nos Centros, devido aos casos concretos de formação de gangues e grupos rivais
192dentro da unidade (aspectos que não são levados em conta no ECA e no SINASE). O
193que acarreta a tomada de medidas alternativas quanto a distribuição dos adolescentes
194na unidade. A separação por compleição física neste caso, precisa ser conjugada com
195o dever de garantir a integridade física dos adolescentes. Quanto a separação por ato
196infracional, considera-se um equívoco do ECA, porque tal separação estigmatiza o
197adolescente. **11º item denunciado:** Adolescentes em situação de dependência
198química não recebem o tratamento adequado. **Informações prestadas e/ou**
199**providências tomadas:** Existe grande dificuldade de conseguir este tipo de
200atendimento na rede estadual de saúde, não há política pública nesta área voltada aos
201adolescentes. O que existe são tratamentos pontuais, e não um projeto terapêutico
202contínuo e consistente. Esta área é precária para todos os adolescentes, não só para
203aqueles acutelados no sistema socioeducativo. Citou o grande número de
204dependentes de crack sem tratamento adequado no estado. A conselheira Elaine
205Rocha Maciel interveio informando que a SEDS-SUASE respondia nesta reunião às
206indagações citadas no relatório da Comissão Especial do CEDCA/MG e não a Ação

207Civil Pública, pois, esta última está sendo respondida pelo jurídico da SEDS
208diretamente ao Poder Judiciário. A conselheira Rita Ferreira Alves se manifestou
209informando que havia recebido o relatório enviado por Maria Margareth Pereira, e,
210como ainda tinha dúvidas a respeito do assunto, consultou um Juiz (seu professor)
211sobre o que poderia acontecer com essas 27 unidades socioeducativas inscritas no
212Conselho. E com relação as visitas aos Centros, defendeu o chamamento dos
213conselheiros que compõem os CMDCA's onde há centros socioeducativos. Imbuídos
214da mesma missão que os nossos conselheiros estaduais, poderiam inspecionar as
215unidades e enviar relatório ao CEDCA/MG com fotos e detalhamento do atendimento.
216Será que a fala do conselheiro municipal não tem valor? Ressaltou que “se existe
217dificuldade do custeio da vinda dos conselheiros para as reuniões normais, imagine o
218pagamento de diárias para visitar todos os Centros Socioeducativos do Estado”. Disse
219que às vezes, a conselheira Elaine Maciel pode considerá-la uma pessoa “agressiva”,
220mas que sua preocupação é tão somente com a grave situação em que os
221adolescentes se encontram, e algumas vezes isto pode não ficar claro. Sabe que não
222haverá interdição em nenhum Centro, mesmo que o parecer da comissão ou do
223plenário for pela interdição, pelo simples fato de não existir lugar para transferência
224dos adolescentes. Em seu entendimento, a SEDS deve se comprometer a enviar
225relatórios periódicos e detalhados com toda a rotina dos Centros (com fotos) ao
226CEDCA/MG. Também o envio de cronograma com todas as reformas previstas e em
227andamento. Argumentou que não cabe ao CEDCA/MG a interdição do Centro São
228Francisco de Assis, e como sabe que isto não acontecerá por outro meio, sugeriu que
229este compromisso fosse firmado com a SEDS, que se comprometeria a enviar tais
230dados, coletados mediante visita por sua equipe. “Se não há como interditar vamos
231trabalhar para melhorar e humanizar o atendimento aos adolescentes”. Em seu
232entendimento, a SEDS possui mais recurso financeiro para deslocamento que o
233Conselho, podendo então, realizar essas visitas. Concluiu informando que as fotos do
234Centro estão sendo passadas aos conselhos tutelares. Camila Silva Nicácio informou
235que a dificuldade financeira da SEDS é igualmente difícil, que os cortes orçamentários
236aconteceram em todas as Secretarias, e que não pode comprar uma lata de tinta sem
237que seja previamente aprovada a liberação do recurso. O conselheiro José Ismar da
238Costa se manifestou acrescentando que: “se não há um plano de ação das atividades
239desenvolvidas pela Secretaria de Defesa Social, deveria ser criado, além de
240mecanismos para implementá-lo dentro dos Centros. Se existe deve ser enviado ao
241Conselho. Se não foi dado ciência ao CMDCA de Governador Valadares, que isto seja
242feito. Se eles já conhecem a situação, deve-se estabelecer parceria para
243acompanhamento das atividades desenvolvidas dentro da unidade socioeducativa
244pela SEDS. O mesmo vale com relação a Prefeitura, pois, a área em torno do Centro
245cresceu muito e os problemas estruturais começaram a surgir, como falta de água e a
246questão do lixo. Na sequência Camila Nicácio se manifestou dizendo que o relatório
247conseguiu abranger todas as questões, mas se ainda há algo por esclarecer, que seja
248hoje, pois, em sua opinião este assunto já rendeu muito. Ressaltou que quando se
249falou que o encaminhamento tirado na reunião das duas comissões, reunidas no dia
25011/04 foi singelo, pode até parecer mesmo singelo ao prever apenas nova visita ao
251Centro, após reforma prevista para o 2º semestre. Contudo, a maioria das questões
252elencadas no relatório da comissão especial dizem respeito a itens que serão
253resolvidos plenamente após a reforma. Respaldou as palavras da conselheira Rita
254Ferreira Alves, quando sugeriu somar esforços com a SEDS visando o controle,
255melhoria e humanização do atendimento aos adolescentes em todas as unidades. O
256ideal é pensar um plano de monitoramento e não apenas um cronograma de visitas,
257pois, visitas semanais e prestação de contas, mediante ofícios ao Ministério Público,
258faz quase semanalmente. Falou da importância de internamente criar consensos que
259venham a beneficiar principalmente os adolescentes. Falou das deficiências

260enfrentadas em outros Centros do estado, até maiores do que aquelas elencadas no
261São Francisco de Assis. Informou que semana passada 30 adolescentes foram
262apreendidos e chegando no Dom Bosco (internação provisória) não tinha 30 sandálias
263havaiana no almoxarifado. E não era mesmo para ter, pois, chegaram muitos
264adolescentes em uma única apreensão. Mas nada impede que direção da unidade
265entre em contato, relate o fato e solicite as sandálias. O que não haver é essa
266situação, em que a Secretaria é colocada numa posição de antagonismo, realmente o
267relacionamento fica muito difícil. Citou a situação em que se encontram dos pedidos
268de inscrição dos programas de atendimento socioeducativo no Conselho, parados
269devido a falta de documentos que no momento, não há como apresentá-los. “Se for
270seguir a risca o SINASE fecha-se as unidades”. Se isto acontecer serão 1.400
271adolescentes na rua. Informou que a lista de espera por vaga no sistema
272socioeducativo é de 70 adolescentes, por cometimento de homicídio, latrocínio e
273estupro. Falou da necessidade de organizar a entrada desses adolescentes, pois,
274alguns juízes aplicam medida de internação quando não era necessário
275(principalmente no interior), e aqueles que realmente precisa da medida privativa pelo
276ato gravoso fica sem a vaga no sistema. Confirmou a informação de que nenhum
277Centro será interditado, então, o melhor caminho é somar esforços melhoria do
278atendimento. Disse que o relatório da comissão especial (visita) não foi enviado
279oficialmente à SEDS, e todas as informações estão sendo prestadas nos últimos dois
280meses diretamente ao Conselho pela conselheira Elaine Maciel e por ela. Informou
281que já respondeu oficialmente a todos os órgãos, Ministério Público, Conselho
282Nacional de Justiça, ao Poder Público Municipal e etc. Concluiu sua fala esclarecendo
283que com relação ao índice de reinserção dos adolescentes é difícil quantificá-lo,
284estabelecendo uma metodologia de medição desses dados, pois, a maioria ao se
285desligar do sistema socioeducativo completou maior idade, e se houve cometimento
286de outro ato gravoso cairá no sistema prisional. Informou que só poderia ficar na
287reunião até as 11:45h, pois, ainda tem três reuniões que contam com sua presença.
288Lamentou o fato de não poder comparecer em todas as plenárias do Conselho, mas
289com o esforço de todos a solução virá com certeza. O conselheiro Hudson Roberto
290Lino fez breve relato da situação da construção dos centros regionalizados, discussão
291pautada neste Conselho desde 2006. O que já se sabia desde aquela época é a falta
292de prioridade orçamentária do estado (previsão de inserção no orçamento público)
293para a construção de unidades regionalizadas, em conformidade com o SINASE. De
294lá pra cá muitas articulações se perderam. A história não é diferente com relação a
295Ipatinga e a região do vale do aço. Os municípios da região articulados lutaram pela
296implementação do Centro, contudo, se aguarda a solução para a questão de Santana
297do Paraíso e Açucena. A questão da sessão do terreno pela CENIBRA para
298construção da unidade em Santana do Paraíso ainda aguarda solução. De lá pra cá
299foram várias articulações feitas para solução desses entraves discutidos na plenária
300regionalizada em Ipatinga, e sem resposta do Estado. Havia recurso previsto no
301orçamento para a construção da unidade, que não se concretizou. O problema de
302ordem legal com o terreno doado pela CENIBRA ainda persiste. Depois de todas as
303manifestações, o seguinte **encaminhamento** foi consensualizado pelos conselheiros:
304Que o CEDCA/MG **envie ao Secretário de Estado de Defesa Social** - SEDS (com
305cópia para o Ministério Público - Dra. Andreia Carelli, e CMDCA/Governador
306Valadares): Relatório da Comissão Especial do CEDCA/MG, relatório conclusivo da
307reunião conjunta das comissões; a síntese das ações pontuadas nas reuniões (quadro
308comparativo elaborado pela Secretaria Executiva com detalhamento das ações).
309Acordado o prazo de 15 dias para resposta da Secretaria supramencionada. Definido
310que a SEDS elabore um cronograma relativo a reforma prevista para o 2º semestre de
3112014 no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, bem como um **plano de ação**
312detalhando as atividades de melhoria no atendimento e infraestrutura nos Centros

313Socioeducativos apontados nos relatórios do CEDCA/MG. Logo após a conselheira
314Elaine Rocha Maciel pediu a palavra para informar que o Plano Estadual de
315Atendimento às Medidas Socioeducativas (previsto SINASE) já está sendo construído
316pela SEDS em parceria com diversos órgãos, tendo acontecido reuniões para este
317fim. Pelo CEDCA/MG participam das reuniões a conselheira Maria Margareth Pereira
318e a técnica Ana Rita. Avançando na pauta da reunião, a Presidente passou a palavra à
319Maria de Fátima Mayrinck para o relato da Comissão de Políticas Públicas. A
320conselheira informou que aceitou a coordenação da CPP, tendo em vista que Eliane
321Quaresma estava sobrecarregada com a Presidência e a coordenação. Disse que a
322conselheira Maria Madalena (SEE) também foi convidada, mas justificou sua
323impossibilidade. Como no momento, só há duas titulares, os demais são faltosos ou
324suplentes, não teve alternativa e ficará como interina. Informou que os conselheiros
325estudaram matérias pendentes desde a última reunião, mas não concluíram. As
326matérias foram distribuídas para serem estudadas, sendo novamente pautadas em
327maio. Foram avaliados projetos quanto ao mérito com emissão de parecer da
328comissão. Logo após foi lido na íntegra o relatório de reunião da Comissão de Apoio
329aos Conselhos Municipais e Tutelares. Dada a extensão do relatório, consta desta ata
330os principais encaminhamentos diligenciados na comissão. O conselheiro Claudinei
331dos Santos Lima coordenou “*ad hoc*” os trabalhos. Ofícios pautados na reunião:
332Minuta de Ofícios aprovados em reunião anterior e em plenária do CEDCA a serem
333encaminhadas para os municípios, CMDCA’s e Prefeitos, para reforçar a orientação de
334que tais recursos sejam previstos no orçamento municipal. Encaminhamentos da
335comissão: “promover alterações na Minuta de Resolução que estabelece o processo
336de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão; encaminhar o
337ofício para os municípios, CMDCA’s e Prefeitos; enviar expediente solicitando a
338atualização de endereços e outros contatos dos conselhos e de preenchimento de
339informações sobre as condições de estrutura e funcionamento dos conselhos;
340sugestão de que o CEDCA encaminhe ofício parabenizando o Promotor de Justiça,
341Celso Pena; divulgar as orientações aos municípios encaminhadas pelo FEVCAMG,
342para a mobilização direcionado ao dia 18 de maio (Dia Nacional de Combate ao Abuso
343e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes); relatar que na análise parcial do
344Regimento Único dos CIA e Unidades de Semiliberdade da SEDS não foi identificada
345a sua divergência com o SINASE, ou de ameaça aos direitos de crianças e
346adolescentes, mas procedimentos técnicos que deveriam efetivar a acolhida das
347crianças e adolescentes e não apenas de sua admissão na Unidade, bem como de
348realização de trabalho com as famílias de modo mais evidente”. A Secretária
349Executiva, Marice Ceres de Sousa informou que, acompanhado de ofício a ser
350enviado aos municípios será remetido questionário para que os conselhos de direitos
351e tutelares preencham. O formulário possibilitará a elaboração de diagnóstico,
352mediante levantamento da atual situação dos conselhos, dados completos e se estão
353funcionando efetivamente. Terminada a leitura passou imediatamente ao relato da
354Comissão de Orçamento de Finanças. O conselheiro Ricardo Zadra procedeu a leitura
355do relatório da reunião, em seu inteiro teor, documento redigido pelo técnico da
356comissão. Estavam presentes naquela reunião apenas o conselheiro Hudson Lino e
357ele. “Ricardo Zadra agradeceu aos presentes, e, em seguida indagou ao técnico da
358Comissão Wilson Ribeiro se a SEDESE havia encaminhado a documentação
359solicitada pelo CEDCA/MG à Superintendência de Finanças da SEDESE conforme
360consta Ofício/CEDCA Nº 13/2014 enviado em 14 de fevereiro de 2014. De acordo com
361o técnico, até o presente momento, nenhum documento foi recebido pela Comissão.
362Considerando que a documentação solicitada é fundamental para a elaboração do
363Plano de Aplicação dos Recursos do FIA, os trabalhos ficaram prejudicados. Diante da
364negativa, o coordenador procedeu a leitura da Ata da Plenária realizada no dia 27 de
365março de 2014, em que a Comissão de Orçamento e Finanças fez várias solicitações,

366inclusive sobre os dados financeiros que sempre subsidiam os trabalhos da Comissão.
367Dando prosseguimento a leitura da ata na parte que se discute a recomposição das
368Comissões, consta que a Conselheira Eny Lauriano passou a compor a Comissão de
369Medidas Socioeducativa. Dessa forma a Comissão de Orçamento e Finanças perdeu
370mais um de seus membros, ficando prejudicada. Nesse sentido a COF, passou a ter a
371seguinte composição: Ricardo Augusto Zadra (Coordenador); Elizabeth Moreira dos
372Santos; Clodoália Nobre Barbosa; Lívia Ansaloni; Hudson Roberto Lino e Maria
373Auxiliadora Salles”. Concluída a leitura da ata, passou-se à análise e aprovação do
374Relatório da Reunião da COF, realizada no dia 26 de março de 2014. Após este
375momento foi sugerido alguns acréscimos e ajustes. “Dando prosseguimento a pauta
376foi analisada a posição orçamentária e financeira do FIA, que consta um saldo
377analítico no valor de R\$ 12.336.160,19. No decorrer dos trabalhos a Presidente, Eliane
378Quaresma apresentou um projeto de retirada parcial de CAC de nº 18/2010. Entidade:
379Fundação Benjamin Guimarães. Título: Suplementação Alimentar como Coadjuvante
380na Reintegração da Criança e Adolescente à Vida Social. Valor R\$ 498.189,45
381correspondendo a 80% do valor captado de R\$ 622.736,81, conforme DAE’s
382anexadas. De acordo com informações da Presidente o processo foi enviado à
383SEDESE para conveniar conforme consta anverso da capa. Entretanto, antes de
384iniciar a execução, a entidade beneficiada informou que havia captado mais recursos
385na mesma rubrica. Diante do exposto, solicita ao Conselho Estadual, possibilidade de
386acrescentar esses valores ao projeto em questão”. Encaminhamento da Comissão: o
387Conselheiro Ricardo Zadra estudará o processo e emitirá parecer sobre o assunto.
388Proposta de encaminhamento: Tirar cópia xerográfica de todos ofícios endereçados à
389Subsecretária Maria Juanita Godinho, em que solicita resposta aos encaminhamentos
390da Comissão de Orçamento e Finanças”. Com relação aos cinco ofícios deliberados
391na última reunião do dia 27/03 (cujo conteúdo todos já conhecem) encaminhados à
392SEDESE. A Presidente informou que todos serão respondidos, e até a próxima
393reunião estarão de posse da Comissão de Orçamento e Finanças. Com relação a
394dificuldade dos contribuintes destinarem seu imposto de renda devido ao FIA estadual
395até o próximo dia 30/04 (devido a ausência janela do CEDCA/MG no site da receita
396federal) foi proposto o seguinte **encaminhamento** ao plenário: Que toda ligação
397telefônica ou atendimento presencial no CEDCA/MG as pessoas **devem ser**
398**orientadas a destinar aos Fundos Municipais dos Direitos de Crianças e**
399**Adolescentes**, possibilitando que o recurso para a área da infância não se perca e vá
400para Fundos de outras áreas, como idoso, cultura, etc. Hudson Roberto Lino
401respaldou esta alternativa. Disse contudo, que o fundo estadual não está cumprindo
402com seu papel legal, pois, não há conta própria criada. Que aguarda a SEDESE
403responder aos ofícios no mês de maio à Comissão. Finalizou dizendo que há, nestes
404casos, o descumprimento do art.260 do ECA. Fechando este assunto, Ananias Neves
405Ferreira argumentou que não basta apenas orientar as pessoas a destinarem aos
406fundos municipais, mas a possuírem seus cadastros próprios com CNPJ, senão, de
407nada adiantará direcionar a destinação para eles, pois, estarão igualmente
408impossibilitados. Sugeriu optar pelo cumprimento do Decreto 40.404 (Governador
409Itamar Franco), cujo conteúdo todos já conhecem, pois, há várias plenárias vem
410chamando atenção para esta matéria. Ainda com a palavra passou ao relato da
411Comissão de Legislação e Normas, da qual é coordenador. Procedeu leitura de breve
412relato das discussões acontecidas na reunião: “Presentes na reunião de Normas os
413(as) conselheiros(as): Ananias Neves Ferreira, Simone Vieira, e Rita Ferreira Alves.
414Pontos discutidos: Análise de Projetos em tramitação na Comissão: Projeto Nº18/2013
415- Chancela - Ministério Criança Feliz- “Transportando Felicidade” mencionado que
416faltava neste Projeto, registro no Conselho Municipal. Como o Conselho Municipal fez
417uma publicação de prorrogação do prazo geral desses registros, teriam que averiguar
418se é esse o caso. Encaminhamento: A coordenação continuou com o Projeto para

419 verificar se isso se aplica ao caso. Projeto Nº 12/2013 - Chancela - Associação
420 Comunitária Novas de Paz/Porteirinha - “Novo ser”. Não responderam às diligências.
421 Encaminhamento: encaminhar à Mesa Diretora. Projeto Nº 145/2013 - Chancela -
422 Prefeitura Municipal de Janaúba - “Capacitação de profissionais para promoção e
423 defesa dos direitos da criança e do adolescente”. Necessita de adequações.
424 Encaminhamento: Provocar a entidade a se manifestar. Projeto Nº 167/2013 -
425 Chancela - Associação Beneficente Ágape - “Coletivo Jovens Protagonistas”.
426 Necessita de adequações. Encaminhamento: Provocar a entidade a se manifestar.
427 Análise da Minuta de Resolução sobre Protagonismo Juvenil (elaborada pelo Grupo
428 de Trabalho instituído pelo CEDCA MG para tratar da Resolução nº159/2013 do
429 CONANDA que dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes
430 nos espaços de discussão). O assunto foi discutido e a conclusão é de que a minuta
431 precisará ser melhor estudada à luz do ECA, com criação de parâmetros para maior
432 inclusão desses jovens. A proposta foi de retirada da matéria da pauta da Plenária
433 para ser estudada com a contribuição do Conselho Estadual da Juventude, com
434 adaptação da minuta à Lei Nº12.852/2013. Portaria Nº006/2014 - Que disciplina a
435 entrada e permanência de menores em locais de diversão e logradouros públicos,
436 hospedagem e viagem de menores e a comercialização de produtos e prestação de
437 serviços. Matéria levada para conhecimento dos conselheiros. Encaminhar a matéria
438 ao CAOIJ/MG - MP para se manifestarem. Registro dos Centros Socioeducativos - A
439 técnica Maria do Carmo socializou a planilha dos registros dos Centros aos
440 Conselheiros para comunicar uma nova inscrição do Centro JUCIMG de BH
441 (semiliberdade) com 4 unidades de atendimento nos bairros Ipiranga, Planalto, São
442 Luís e Jaqueline. As conselheiras Rita Ferreira e Simone Vieira solicitaram que lhes
443 fosse enviada a planilha dos Centros atualizada”. Terminados todos os relatos de
444 comissão foi feito o intervalo para o almoço, tendo sido retomados os trabalhos às 13h
445 e 30 min. A Presidente abriu os trabalhos projetando a apresentação das ações
446 desenvolvidas pelo Comitê de Proteção Integral a Criança e ao Adolescente, para
447 conhecimento do conselheiros. Foram projetados em *powerpoint* todas as atividades
448 realizadas até o momento, capacitações (CT e Comissariado Menores) e cronograma
449 de eventos que acontecerão durante o mês de realização da Copa do Mundo
450 (FANFEST) Expominas - 12/06 a 13/07/2014. A previsão diária é de 21.000 pessoas
451 circulando nos espaços. Informou que as ações estão amparadas na resolução
452 nº67/2013 do CEDCA/MG e nº98/2013 do CMDCA/BH. Previsto a elaboração de
453 documento orientador (formato livro) mas com distribuição por CD. Pensou em fazer
454 essa distribuição durante as comemorações pelo Dia 18/05. Avançando nos itens da
455 pauta, Eliane Quaresma passou ao **informes dos Grupos de Trabalho (GT's)**.
456 Inicialmente relatou que o GT da resolução do protagonismo juvenil já se reuniu
457 algumas vezes estudando vários textos e construindo uma minuta de resolução, para
458 a qual foram solicitadas contribuições dos demais conselheiros. Tão logo sejam
459 consolidadas as contribuições das comissões no texto, a minuta será pautada em
460 plenária. Na sequência passou ao GT (Força Tarefa) criado para agilizar os pedidos de
461 inscrição de programas de atendimento às medidas socioeducativas privativas e
462 restritivas de liberdade no mérito. Com a palavra, Maria Margareth Pereira,
463 coordenadora “*ad hoc*” da comissão de medidas socioeducativas, apresentou aos
464 conselheiros três matrizes de avaliação (pontuação) criada pelos integrantes deste
465 grupo para subsidiar os conselheiros na análise. 1. matriz de avaliação/pontuação das
466 unidades de internação. 2. matriz/pontuação de avaliação das unidades de internação
467 provisória. 3. matriz de avaliação/pontuação das unidades de semiliberdade. Todos os
468 documentos supramencionados foram construídos em consonância com a resolução
469 CEDCA/MG nº46/2012 e SINASE. As matrizes foram projetadas e realizada leitura de
470 item por item de seu conteúdo, para conhecimento e sugestões, que foram
471 imediatamente incorporadas ao texto. Maria Margareth Pereira esclareceu todas as

472dúvidas dos conselheiros ao longo da exposição das matrizes. Logo após, a
473Presidente, Eliane Quaresma, que também integra este grupo de trabalho, informou
474que se trata de uma primeira minuta aberta a contribuição de todos. Lembrou que tais
475matrizes foram enviadas ontem a tarde a todos os conselheiros. Como não será objeto
476de deliberação nesta sessão plenária, propôs que seja dado um **prazo para envio de**
477**contribuições** dos conselheiros, sendo sugerida a data de até **dia 21/05**. Ainda com a
478palavra, a Presidente falou da necessidade de alteração da data da plenária de maio,
479inicialmente prevista para acontecer no dia 22/05 e a reunião das comissões dia
48021/05. Justificou que nesta data acontecerão as ações do comitê de proteção integral,
481e a agenda de convergência em Brasília. Diante do exposto foi proposto que a
482realização da plenária de **maio** seja transferida para o dia **29/05/2014**, e a reunião das
483comissões (como de costume) acontecerá um dia antes, dia **28/05/2014**. Este
484encaminhamento foi colocado em **votação e aprovado** pela unanimidade dos
485conselheiros presentes. Informe próximo GT: Plano Decenal Estadual de Direitos
486Humanos de Crianças e Adolescentes. A Presidente iniciou o relato dizendo que
487Ananias Neves Ferreira trouxe de Brasília, a notícia da publicação do edital nº02/2014
488que prevê a disponibilização de recurso para a realização desse Plano. Há duas
489formas de realizá-lo, por busca ativa ou articular para que as universidades se
490inscrevam no edital, e o elaborem. Para a busca ativa não há mais tempo, restando
491apenas a alternativa das universidades. Dada a contingência, faz-se necessário
492contato imediato com as universidades para passar o direcionamento, orientá-las e
493incentivá-las a se inscreverem. Andreia Barreto salientou que esta não será uma
494tarefa fácil. Informou que o processo é muito burocrático e trabalhoso, e não vê muita
495chance de encontrarmos uma universidade que queira participar de processo que não
496faz parte de sua área de interesse e pesquisa. Ananias Neves Ferreira se manifestou
497dizendo que o Conselho ficou de enviar comunicado ao CONANDA sobre sua decisão
498até o dia 18/04, sendo informada a decisão da última plenária, seja, opção pelas
499universidades Como estava em Brasília, perguntaram-no sobre esta opção,
500respondendo que em plenária passada o CEDCA/MG já havia optado pelo contato
501com as universidades. A comunicação foi feita ao CONANDA e agora há de se
502encontrar esta instituição de ensino superior. Acha que a conselheira Andreia Barreto
503tem razão quando elenca as dificuldades para conseguir convencê-los. O prazo é
504muito curto, pois, o processo deverá estar pronto e incluso no sistema até o dia
50531/05/2014. Finalizando o informe deste grupo, o conselheiro Claudinei dos santos
506Lima disse que foi indicado para coordenar os trabalhos deste GT do Plano Estadual
507Decenal de Direitos Humanos. Finalizando o informe dos GT's foram repassadas as
508informações sobre o grupo que está se reunindo para fazer a revisão da resolução
509CEDCA/MG nº56/2012 em consonância a resolução CEAS/MG nº466. Aconteceu a
510reunião com um primeiro diálogo sobre esta matéria, sendo realizada avaliação do
511conteúdo da resolução do CEDCA/MG. Foi marcada nova data, mas como coincidiu
512com o ponto facultativo da semana santa, a reunião foi remarcada para o dia 29/04.
513Logo após passou-se ao próximo item da pauta: **Projetos**: Foi apresentado um projeto
514para apreciação dos conselheiros que já foi aprovado pelo Conselho, conveniado pela
515SEDESE, retornando para análise de pedido de aditamento. Trata-se de pedido do
516proponente para alteração no objeto do convênio. Como se tratava de questão ligada
517a alteração do objeto concernente ao mérito, o convênio nº932/2013 - referente ao
518projeto que o originou nº42/2013 - intitulado: Projeto Encantado - Creches
519Comunitárias Associadas de Uberlândia (edital de chamamento ao FIA), este processo
520foi entregue à Maria de Fátima Mayrinck Brito. Valor: R\$79.740,00. A conselheira
521integrante da comissão de políticas públicas analisou e emitiu parecer desfavorável,
522entendendo que a alteração no objeto não poderá ser feita. “Se for mudar cláusula de
523convênio não pode autorizar” O conselheiro Ananias Neves Ferreira argumentou que
524o termo aditivo não pode fazer alterações no objeto constante do processo original,

525até o final da execução da proposta. No caso deste convênio sugeriu que seja ouvido
526o jurídico da SEDESE para consulta da viabilidade da alteração, instância chamada
527quando há dúvida quanto a pertinência legal das partes acordadas. Sugeriu que as
528partes convenientes se manifestem. A Presidente informou que a saída, caso não seja
529aprovada a alteração, é a entidade proponente terminar de executar o convênio da
530forma original, e devolver o recurso que não puder executar. Diante da situação de
531impasse foram sugeridos dois encaminhamentos que foram colocados em **votação**: 1.
532Que o processo tramite no Conselho, sendo remetido à Comissão de Normas para
533manifestação. 2. Que o jurídico da SEDESE se manifeste formalmente quanto a
534pertinência legal do pedido de aditamento. A primeira proposta, envio do processo à
535Comissão de Normas foi **aprovada por 9 votos a favor**, 01 voto contrário (Andreia
536Barreto) e 01 voto de abstenção (Maria Fátima Mayrinck Brito). O conselheiro Ananias
537Neves Ferreira se manifestou argumentando que mesmo tramitando em Normas, não
538se exclui a possibilidade de manifestação do jurídico da SEDESE. Logo após a
539Presidente passou a outro item da pauta: informes sobre a **Conferência dos Direitos**
540**da Criança e do Adolescentes - 2014/2015**. O conselheiro Ananias Neves Ferreira
541disse que não se tratava propriamente de um informe sobre Conferências, mas de
542vários assuntos que foram tratados neste encontro sobre fortalecimentos dos
543conselhos de direitos – UNESCO em Brasília. Foram feitas apresentações de algumas
544matérias, dentre elas, Planos estaduais e cronograma de conferência da criança e do
545adolescente. Informou que a Presidente não pode acompanhá-lo nesta viagem, e que
546trouxe consigo a informação de datas para a realização das conferências, que é o que
547se segue: **Conferências Municipais (de 14/05/2014 a 15/05/2015); Conferência**
548**Estadual e Distrito Federal (de junho a agosto de 2015); Conferência Regional**
549**(15/09/2015 a 18/10/2015); Conferência Nacional (14/12/2015 a 18/12/2015)**. A
550novidade neste cronograma fica por conta da eleição dos delegados na Conferência
551Regionalizada, e, não nas estaduais como ocorreu em anos anteriores, para
552representação dos estados na etapa Nacional. Estavam presentes neste encontro 27
553Conselhos Estaduais. Todos foram informados de que o CONANDA pagará as
554despesas dos adolescentes em Brasília. Contudo, o deslocamento destes
555adolescentes dentro do estado de origem, ficará por conta de cada Conselho
556Estadual. **Com relação a temática da Conferência, será mesmo o Plano Decenal**
557**(com ênfase no fortalecimento da rede de conselhos de direitos)**. Ressaltada a
558importância na uniformidade dos dados repassadas aos municípios, pois, a
559comunicação é importantíssima para que não haja divergência entre as informações
560do CONANDA/ Estados aos municípios. Exemplificou: “quando alguma proposta for
561enviada à SDH/Brasília deverá ser remetida antes ao CEDCA/MG *para estudo e*
562*emissão de parecer, citando proposta ligada ao sistema socioeducativo que já está lá*
563*e não passou pelo CEDCA/MG*. Ressaltou a importância de retomar a articulação de
564ações e iniciativas contrárias a redução da maioria penal pelos Estados. Finalizou
565dizendo que foram dois dias muito proveitosos e informou que acontecerá outro
566encontro no mês de outubro, intervalo considerado longo pelo conselheiro, pois, em
567seu entendimento deveria acontecer de quatro em quatro meses. O conselheiro
568Hudson Lino manifestou preocupação com relação a proximidade da data de início do
569cronograma para realização das conferências municipais, sugerindo que fosse criado
570naquele momento, o grupo de conselheiros que trabalhará nos eventos. Falou
571também da necessidade de garantir recurso financeiro para realização da conferência
572estadual e envio dos delegados à Brasília. A Presidente ponderou que ainda não era o
573momento, pois, o CONANDA ainda não divulgou o documento orientador que publica
574todos os anos, com os critérios e metodologias a serem seguidas por todos os
575estados. Também não foi publicada a resolução com o chamamento para as
576conferências. Com relação ao recursos, o Governo fará o possível para garantir a
577realização dos eventos, “vamos trabalhar muito por isto”. Ananias Neves Ferreira

578interveio dizendo que “recurso existe, o que não há é decisão política”. Voltou a
579ressaltar a importância do cumprimento do Decreto 40.404 (Itamar Franco) que está
580em vigência e constitui previsão de receita do Fundo estadual. Afirmou: “Vai chegar o
581dia que terão que dar explicações sobre os recursos e prestar contas de todas as
582receitas do Fundo para a Infância e Adolescência”. Encerrou sua fala manifestando
583preocupação com relação a recurso para a agenda de eventos que estão por vir:
584comemoração da promulgação do ECA; plenária regionalizada em agosto;
585publicações do ECA. Neste instante, o conselheiro João Alves Crisóstomo pediu a
586palavra para informar que o município de Pirapora estava abrindo mão de sediar a
587realização da plenária regionalizada, propondo que aconteça em Montes Claros, uma
588vez que, os municípios de abrangência regional que os integram são os mesmos. Este
589assunto gerou breve discussão no plenário, culminando em duas propostas de
590encaminhamento e posterior votação. **1ª** - votada inclusão desta matéria na pauta de
591discussão e autorização para deliberação nesta sessão plenária. Esta proposta foi
592aprovada pela unanimidade dos conselheiros. **2ª** - alteração do local de realização da
593plenária **regionalizada de agosto de 2014**: Acontecerá no **município de Montes**
594**Claros** e não em Pirapora. Ainda que: para a plenária de dezembro/2014, que
595aconteceria em Montes Claros, será indicado novo município oportunamente. A
596plenária em Juiz de Fora foi mantida na mesma data e local. Esta proposta também foi
597aprovada pela unanimidade dos conselheiros. Naquele momento a preocupação
598manifestada pelos conselheiros, refere-se à necessidade de garantia de recurso
599financeiro para tais plenárias regionalizadas, especialmente, por se tratar de ano de
600Copa do Mundo. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo disse que tudo o que tiver ao
601alcance do Governo será feito neste sentido. A Presidente do CEDCA/MG, verificando
602que mais nada havia a tratar nem a deliberar, declarou encerrada esta sessão plenária
603ordinária às 17h, da qual foi lavrada a presente ata que após aprovação será assinada
604por todos os Conselheiros na forma e termos regimentais.